



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008869-83.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Usucapião - Usucapião Ordinária**
 Requerente: **Claudio Alberto Barboza e outro**
 Requerido: **Maria Jurandy Parente Nobre e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 14 de agosto de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

Nº de Ordem: 902/12

VISTOS

CLÁUDIO ALBERTO BARBOZA e JUSCELINA APARECIDA DE FÁTIMA RECO ajuizaram esta **AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA** em face de **MARIA JURANDY PARENTE NOBRE E OUTROS**, aduzindo, em síntese, que exercem a posse mansa e pacífica do imóvel descrito a fls. 03 e 04 desde 1980. No início da década de 1980, os autores deram o imóvel que possuíam na Vila São José em troca do imóvel usucapiendo.

Com a inicial vieram documentos.

As citações dos confrontantes e alienantes foram devidamente efetivadas (cf. certidão de fls. 90) e não houve apresentação de contestação.

Ao postulado citado por edital foi nomeado curador especial,

0008869-83.2012.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

que contestou por negativa geral a fl. 96, verso.

As Fazendas ofereceram suas respostas não se opondo à usucapião (fls. 48, 51, 52 e 59).

Designada audiência de instrução para a comprovação da posse, o ato foi efetivado a fls. 113/116, com a colheita da prova oral.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

O pedido formulado na petição inicial merece ser deferido já que os requisitos para a aquisição por usucapião extraordinária encontram-se devidamente demonstrados nos autos.

O bem possuído pode ser objeto de usucapião, pois não é de domínio público nem constitui terra devoluta.

A posse dos autores é atual e remonta há aproximadamente 30 anos.

Segundo informou a testigo “Antonio”, os autores estão no imóvel desde que os conheceu em 1999; e a testigo “Claudio” disse ser vizinho dos requerentes há 18 anos. Originariamente o bem pertencia aos requeridos, que nunca apareceram para reclamá-lo; os autores reformaram a casa em 2000 e sua posse sempre foi mansa e pacífica.

As manifestações que seguem a fls. 21/24 indicam a inexistência de procedimentos envolvendo disputa sobre o bem (domínio ou posse).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Por fim, o exercício possessório, de acordo com o que consta dos autos, sempre foi manso, contínuo e ininterrupto.

Posto isso e pelo o que mais dos autos consta, **ACOLHO** a súplica inicial para **declarar**, nos termos do art 1.238 do Código Civil e demais disposições pertinentes do CPC, **o domínio dos autores**, CLÁUDIO ALBERTO BARBOZA e JUSCELINA APARECIDA DE FÁTIMA RECO sobre o imóvel descrito no croqui de fls. 13 E 14 e memorial descritivo de fls. 15.

Esta sentença servirá de título hábil ao registro.

Não incide imposto de transmissão "inter vivos" (TJSP AC 102.224-1 – Rel Des. Flávio Pinheiro).

Custas ex lege.

Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário mandado.

Providencie a serventia a retificação da autuação, tendo em vista que o nome do autor é Cláudio e não Carlos como constou.

P. R. I.

São Carlos, 22 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**